



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, NO DIA TRÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZESSETE (03-04-2017)

No dia três de abril de dois mil e dezessete, às dezesseis horas e dois minutos, no Plenário, reuniu-se a Edilidade Marianense, sob a presidência do vereador Fernando Sampaio de Castro que contou com a presença dos demais Vereadores. O Sr. Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus declarou abertos os trabalhos. Logo após, solicitou ao Secretário que fizesse a leitura da **Ata da Oitava Reunião Ordinária**, realizada no dia vinte e sete de março do presente ano. A ata foi colocada em **discussão e votação**, sendo **aprovada por unanimidade**. Pela ordem, o vereador José Jarbas informou à Casa que o jurídico do Deputado Tiago e sua equipe estavam presentes para esclarecer sobre os recursos enviados pelo Estado que segundo informações eram destinados a algumas entidades. O vereador disse que Ouro Preto já foi feito o repasse, que sirva de exemplo para Mariana fazer o mesmo. O secretário procedeu à leitura da nota de esclarecimento sobre a leitura de um documento na última reunião ordinária envolvendo o vereador Marcelo Macedo. Além disso, foi lido o ofício do Movimento Justiça Sim, Desemprego Não versando sobre a destinação de recurso do estado enviado às entidades Casa Lar Estrela, APAE, Comunidade da Figueira e Lar Santa Maria. O vereador José Jarbas disse que as organizações não podiam ficar sem o recurso. Os vereadores Geraldo, Cristiano e Juliano assinalaram que o tema foi amplamente debatido, divulgado e demonstrado à Casa pelo secretário de saúde. O presidente convidou os ex-vereadores José Antunes Vieira, Romeu Miranda e Raimundo Horta para comporem o plenário. Leitura das **Correspondências**. O vereador José Jarbas pediu ao presidente intervalo para que o secretário de saúde e a equipe do deputado explicassem aos vereadores a destinação desses recursos e que seja tomada uma decisão, pois as entidades não poderiam ficar sem receber. Leitura do **Projeto de Lei: Projeto de Lei nº29/2017** (autoria do vereador Gerson Cunha). O presidente convidou o secretário Danilo para compor o plenário. Leitura dos **Projetos de Resoluções: Projeto de Resolução nº03/2017** (autoria da Mesa Diretora). **Projeto de Resolução Substitutivo nº02/2017** (autoria do vereador Juliano Vasconcelos). Leitura dos **Requerimentos: Requerimento nº84/2017** (autoria do vereador Ronaldo Bento); **Requerimento nº86/2017** (autoria do vereador Juliano Vasconcelos); **Requerimento nº87/2017** (autoria do vereador José Jarbas Ramos Filho); **Requerimento nº88/2017** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas).



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Requerimento nº89/2017 (autoria do vereador Deyvson Ribeiro). **Requerimento nº90/2017** (autoria da vereadora Daniely Cristina Alves). **Requerimento nº91/2017** (autoria da vereadora Daniely Cristina Alves). No momento, o vereador José Jarbas pediu para que a assessoria do deputado Tiago se reunisse com o Secretário de Saúde Danilo na Casa, o presidente concedeu o espaço. Leitura da **Moção de Aplauso nº09/2017** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas). Leitura da **Moção de Pesar**: pelo passamento da Sra. Dulce Neuza Estevão Ramos (autoria do vereador Ronaldo Bento). **A reunião ocorreu sem intervalo.** O vereador Geraldo pediu que consultasse o plenário para ceder espaço para a solicitação do vereador José Jarbas a fim de esclarecer ao público sobre a questão dos recursos enviados pelo Estado a entidades. Com anuência dos vereadores, o assessor do deputado Tiago e o secretário Danilo fariam uso da palavra. **Votações: Projeto de Lei nº13/2017** (autoria do vereador Juliano Vasconcelos). O presidente submeteu o projeto em **primeira discussão e votação.** Pela ordem, o vereador Juliano disse que alguns vereadores já debateram o tema na Casa em gestões anteriores tentando implantar a proposição. Na época foi considerado inconstitucional, porém hoje a jurisprudência prevê que o município tem o direito de legislar sobre interesse local como, por exemplo, o tempo de espera na fila do banco. Pela ordem, o vereador Geraldo e Antônio Marcos parabenizaram iniciativa do autor do requerimento. O vereador Antônio Marcos assinalou que algumas instituições já têm preocupado em dar um atendimento melhor, como o banco Caixa, por exemplo. O projeto foi **aprovado por unanimidade.** **Projeto de Lei nº17/2017** (autoria do vereador Júlio Vasconcelos). O presidente submeteu o projeto em **primeira discussão e votação.** Pela ordem, o vereador Juliano disse que em muitos locais já vem criando o conselho em defesa aos animais. A proposta do conselho é ser consultivo-deliberativo que visa fiscalizar o recurso destinado à vigilância de saúde para a causa e propor políticas públicas para a proteção animal. Pela ordem, o vereador Antônio Marcos parabenizou a iniciativa do autor do requerimento e da importância de o conselho ser deliberativo assinalando que conselhos conduzidos pela sociedade civil são mais atuantes. O vereador Cristiano parabenizou a iniciativa e a importância de se ter o conselho. O projeto foi **aprovado por unanimidade.** O presidente convidou a conselheira tutelar Claudia Rodrigues Novaes para compor o plenário. **Projeto de Lei nº21/2017** (autoria Deyvson Ribeiro). O presidente submeteu o projeto em **primeira discussão e votação.** Pela ordem, o vereador Deyvson frisou que o projeto tem o objetivo de fomentar a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

inserção de jovens e adultos sem experiência profissional no mercado de trabalho, gerando renda no município e incentivando a capacitação. O vereador disse que não há nenhum incentivo para esse público e questionou as empresas Vale e Samarco de sempre pedir tempo de experiência, o que impede os jovens de trabalhar. Pela ordem, o vereador Antônio Marcos parabenizou a iniciativa do vereador e comentou a importância de se dar oportunidade aos jovens e desejou que as empresas deem a chance a esse público. Pela ordem, o vereador Cristiano assinalou a importância da aprovação do projeto. Pela ordem, o vereador Juliano ressaltou que há um grande número de jovens que precisam trabalhar e que cada dia o mercado está pior. O vereador sugeriu que o autor do requerimento se atentasse ao artigo 04 do artigo do projeto sobre o percentual de destinação de vagas, pois é de competência da União e do Ministério do Trabalho e não do município. O projeto foi **aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº27/2017** (autoria do vereador João Bosco Cerceau). Pela ordem, o vereador Bruno pediu a votação do projeto em única discussão e votação. Pela ordem, o vereador João Bosco agradeceu o prefeito que olha com carinho a comunidade de Cuiabá e Goiabeiras. O Sr. Adão foi muito ativo e fluente na região. O vereador Juliano parabenizou a iniciativa e desejou que mais locais sejam contemplados com a academia ao ar livre. O vereador Bruno e José Jarbas parabenizaram a iniciativa do autor do requerimento. Com anuência do plenário, o presidente submeteu o projeto em **única discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade. Requerimento nº84/2017** (autoria do vereador Ronaldo Bento). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade. Requerimento nº86/2017** (autoria do vereador Juliano Vasconcelos); O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação**. O vereador Juliano assinalou que o pedido é devido a um abaixo-assinado dos moradores próximo ao local. O requerimento foi **aprovado por unanimidade. Requerimento nº88/2017** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação**. Pela ordem, o vereador Antônio Marcos disse que o requerimento vem de encontro com uma reunião realizada na Casa sobre o assunto e que é preciso um esclarecimento da procuradora do município sobre o corte do biênio e quinquênio e frisou que o plano dos servidores não está sendo colocado em prática. O requerimento foi **aprovado por unanimidade. Requerimento nº89/2017** (autoria do Deyvson Ribeiro). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação**, sendo **aprovado por unanimidade; Requerimento nº91/2017** (autoria da vereadora Daniely Cristina Alves). O presidente submeteu o requerimento em



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade; Requerimento nº69/2017 (autoria do vereador Marcelo Macedo). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade; Requerimento nº70/2017** (autoria do vereador Marcelo Macedo). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade; Requerimento nº71/2017** (autoria do vereador Marcelo Macedo). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade; Requerimento nº72/2017** (autoria do vereador Marcelo Macedo). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade; Requerimento nº90/2017** (autoria da vereadora Daniely Cristina Alves). O presidente submeteu o requerimento em **única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Moção de Aplauso nº09/2017** (autoria do vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas). O presidente submeteu a moção em **única discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade.** Conforme solicitação, o presidente convidou a conselheira Cláudia para fazer uso da palavra. Com a palavra, a conselheira disse que uma das preocupações do conselho é o que fazer com os adolescentes. Sra. Claudia trouxe uma estatística do ano de 2016, com mapas de atendimento do conselho nos distritos e subdistritos, dando no total de duzentos e quinze atendimentos. O conselho tutelar tem tentado estabelecer uma rede no município para uma melhor atuação. Sra. Cláudia informou que na sede de Mariana o maior número de atendimento foi em Cabanas com cento e oitenta e quatro atendimentos e assinalou a importância de se ter um CRIA no bairro, já que há uma dificuldade de vale transporte para os jovens ir ao do centro da cidade. A conselheira informou que o conselho recebeu vinte e quatro casos de abusos no ano de 2016, já foi cobrado do ministério público, porém nada é feito, há muita dificuldade em prender os infratores. A conselheira ressaltou a importância do tempo integral para acolher as crianças na escola. Sra. Cláudia frisou que não há nada a reclamar da estrutura de funcionamento do conselho, mas é preciso da parceria de todos para acompanhar o conselho. A conselheira descreveu outros atendimentos nas áreas da cidade e pediu apoio da Casa e que seja dado espaço para o conselho fazer uma apresentação trimestral de seus dados. O presidente colocou a Casa à disposição. O vereador Bruno ressaltou o trabalho desenvolvido pelo conselho tutelar e requereu (sugerindo que todos os vereadores assinassem o pedido) ao executivo a adequação salarial dos conselheiros ao cargo de serviço social existente no executivo. O vereador Bruno lamentou o não retorno do tempo integral no momento. Pela



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ordem, o vereador Antônio Marcos ressaltou a importância do tempo integral para evitar que crianças fiquem na rua e relembrou a luta para a exigência do ensino superior para atuação no conselho tutelar. Pela ordem, o vereador José Jarbas disse que é um absurdo o que está sendo feito com o tempo integral. Os alunos estão sendo prejudicados pelo não oferecimento do projeto. O vereador pediu para que a comissão de direitos humanos reúna internamente, defina as questões do vale transporte, tempo integral e outros apoios necessários para o conselho para que a Câmara possa servir de intermediadora. A partir disso, que seja produzido um documento com relatos do conselho e enviado um ofício à Secretaria de Educação cobrando a data do início do tempo integral. O vereador Cristiano colocou a comissão de direitos humanos à disposição. O vereador Juliano disse que a Casa apoia a atuação do conselho, que vem evoluindo, e afirmou que muitas dificuldades estão por vir e colocou a Casa e seu gabinete à disposição para as demandas do conselho. O vereador Ronaldo assinalou que a comissão pode buscar junto ao Ministério Público a punição dos infratores que cometeram abusos. Em relação ao tempo integral, está se buscando todas as formas para o seu início. A vereadora Daniely assinalou os casos alarmantes de violência psicológica contra a mulher e ressaltou que a Secretaria de Educação possui uma secretaria adjunta de tempo integral, ainda é a mesma equipe, e que tinha profissionais suficiente que poderiam ter dado início ao tempo integral este ano. A vereadora disse que é preciso ter humildade, a secretaria teve tempo hábil para reconhecer o erro e acrescentou que agora é tentar agilizar e procurar a solução o mais rápido possível. A conselheira ressaltou que o trabalho aumentará com as crianças nas ruas pela falta do tempo integral. O presidente colocou a Casa à disposição do conselho e disse que a Sra. Cláudia poderia se sentir à vontade para vir trimestralmente apresentar os dados do conselho. O vereador José Jarbas afirmou que a comissão de educação junto com a de direitos marcará uma reunião interna com a presença do conselho para se obter uma resposta a respeito do tempo integral. Em seguida, o presidente concedeu espaço ao secretário de saúde, Sr. Danilo Brito. Com a palavra, o secretário Danilo agradeceu o espaço para esclarecer sobre os recursos enviados pelo Estado via fundo municipal de saúde. O secretário esclareceu que na Resolução nº5312/2016, enviada pelo estado contemplou Mariana com o valor de duzentos mil reais. Na resolução, o estado especificou que a destinação do repasse era para os serviços de saúde da atenção básica prevista no plano municipal de saúde. Junto com a resolução, foi gerado um termo de compromisso entre o município de Mariana e o fundo do Estado em que objetivava alocar recursos financeiros para reforço dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camaramariana.mg.gov.br

custeios das ações e serviços de saúde de Mariana. Nesse termo é vedado o repasse e que em nenhum momento esses documentos citam nomes de entidades e nem nome do deputado. Além disso, o termo prevê que o município deveria criar uma conta corrente específica e exclusiva para receber o recurso. O secretário esclareceu que é a Secretaria de Desenvolvimento Social a responsável por repassar recursos para entidades. Com a palavra, Sr. Virgílio Horta, chefe de gabinete do deputado Tiago Cota, afirmou que o deputado ao visitar as quatro entidades fez uma indicação de duzentos mil reais com finalidade de contemplá-las, cinquenta mil reais para cada uma. Sr. Virgílio disse que ao levar as documentações das entidades à Secretaria de Saúde do Estado, observou-se que não atendiam os requisitos exigidos. Por orientação da própria secretaria, apresentaram em forma de resolução o recurso global a ser repassado para o fundo municipal de saúde, de modo que esse recurso chegasse às entidades. Sr. Virgílio apresentou a documentação do histórico da indicação do recurso feito pelo deputado. O chefe esclareceu que em Ouro Preto aconteceu a mesma forma, porém a cidade repassou os recursos às entidades por meio de convênio. No ofício do deputado, ele desejou que de forma jurídica possa ser feito o repasse às entidades. O chefe do gabinete leu o ofício do Secretário de Governo do Estado, Sr. Aldair José, que atendia o pedido do deputado Tiago Cota, repassando o valor de duzentos mil reais para o fundo municipal de saúde. O secretário Danilo ressaltou que provavelmente a cidade de Ouro Preto foi repassado por recurso próprio e frisou que a resolução e o termo de compromisso não autorizavam o repasse a entidades. O secretário pediu atenção do deputado para Mariana, que intervenha junto ao governo estadual, pois há um convênio firmado em 2013 no valor de três milhões de reais para compra de remédios, porém o estado até agora só enviou cinquenta mil reais. Além disso, é preciso que termine a obra da Unidade Básica de Saúde do Alto do Rosário, o estado até hoje não deu uma resposta ao município. O vereador José Jarbas desejou que a prefeitura encontrasse uma solução para as entidades, as quais não podem ser prejudicadas por questões burocráticas. O vereador Bruno ressaltou a urgência do repasse do recurso para as entidades, foi criada uma expectativa, foram feitos compromissos. O vereador Antônio Marcos disse que houve falta de comunicação do deputado com o executivo municipal, poderia-se ter alertado o prefeito ou secretário sobre o envio e o destino dos recursos. O vereador Geraldo reconheceu as necessidades das entidades e desejou que o governo estadual honrasse seus compromissos com a cidade, enviasse o recurso da Unidade Básica Saúde do Alto do Rosário, por exemplo, e que o deputado trabalhasse para o município. Sr.



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

Virgílio disse que quando destinado o recurso foi encaminhado um ofício à prefeitura com cópia para os vereadores. O presidente disse que é preciso resolver a pendência e sugeriu o envio do ofício com assinatura dos vereadores pedindo uma solução do executivo, firmar por exemplo um convênio para que libere recursos a entidades. O vereador Ronaldo concordou com o presidente, é preciso dar uma solução para as entidades que estão com dificuldades. O vereador Juliano disse que o estado deve muito ao município de Mariana e desejou que o deputado enviasse recursos direto às entidades sem passar pela prefeitura. O vereador informou que todos os anos o município passa recursos a todas entidades cadastradas. O estado não tem arcado com seus compromissos, muitos itens que estão em falta são de responsabilidade do governo estadual. Com a palavra, Sra. Solange, representante da comunidade de Figueira, agradeceu as contribuições apresentadas e o apoio da prefeitura no transporte. Sra. Solange comentou as dificuldades da comunidade e ressaltou o auxílio dos parceiros no município. O vereador Marcelo agradeceu a nota de esclarecimento da Casa lida no início da reunião e acrescentou que os secretários de obras, de educação e de defesa social não tiveram conhecimento da intervenção na escola Jadir Macedo, no distrito de Monsenhor Horta. O vereador comentou a reportagem dada pelo prefeito ao jornal Ponto Final, onde esclarece que o abaixo-assinado foi entregue pelo Sr. Perdigão solicitando a intervenção na escola. O prefeito pediu que o Sr. Perdigão procurasse a Secretaria de Obras para seguir os trâmites legais. O vereador Marcelo assinalou que na matéria o prefeito reconheceu o erro da obra. O vereador comentou a falta do posto policial em Monsenhor Horta e da triste notícia de ameaça de morte ao padre Reginaldo no distrito. A vereadora Daniely desejou que essa obra não autorizada no distrito sirva de exemplo para Mariana não se tornar uma terra sem lei, as coisas não podem ser feitas no bem público sem autorização. O município precisa tomar uma atitude e acrescentou que a diretora teve que mobilizar os funcionários, pois a escola não tinha vigia há mais de trinta dias. Adiante, o vereador José Jarbas comentou os gastos desenfreados e as falhas da administração do executivo. A vereadora Daniely disse que votaria contrária ao projeto de empréstimo proposto pelo poder executivo por ela não ter conhecimento técnico, é uma questão de responsabilidade. A vereadora assinalou que os secretários de Fazenda e Planejamentos já foram solicitados na Câmara para prestarem esclarecimentos sobre o projeto, porém ainda não vieram. A vereadora enumerou algumas falhas na administração atual: o tempo integral sem previsão para voltar; há muitos parquímetros sem funcionamento há um ano dando prejuízo ao município de duzentos mil reais por ano; há falta de



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

material escolar; há oitenta e quatro apartamentos populares abandonados, sucateados, é dinheiro público jogado fora; há matos em vários passeios impossibilitando a passagem dos cidadãos; os produtores rurais estão sem fazer silo, pois a secretaria de Agricultura e Pecuária não tem recursos; há muitos conselhos sem funcionar, porque estão esperando representantes do poder público. Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às dezenove horas e cinquenta minutos. E para constar, lavrou-se esta ata que, após lida e se aprovada, será assinada.